

Caderno de Sábado

No próximo sábado, um Caderno de Sábado especial sobre a Revolução Francesa.

ECONOMIA

Os economistas brasileiros dominam muito bem a teoria da inflação, mas ainda não conseguiram aplicar um método capaz de liquidá-la com eficiência.

Por MARIO HENRIQUE SIMONSEN

INFLAÇÃO. POR QUE PERDEMOS SEMPRE ESTA LUTA.

Nos últimos cinquenta anos o Brasil trocou quatro vezes de moeda, as duas últimas trocas tendo-se efetuado em menos de três anos: 1 cruzeado novo = mil cruzeados velhos = 1 milhão de cruzeados velhos = 1 trilhão de réis. Em 1980, pela primeira vez na história do país, a inflação rompeu a barreira dos três dígitos anuais. Em 1988, ficou perto dos quatro dígitos.

Curiosamente, a julgar pelo número de trabalhos acadêmicos de repercussão internacional, os economistas brasileiros cada vez mais conhecem os meandros da inflação brasileira. É o caso de perguntar porque a epidemia se alastra quando a medicina progride. Uma desculpa fácil é que os políticos não executam o que os economistas planejam. A fragilidade da desculpa é que um plano que se preze deve adequar-se às habilidades de quem o executa: ninguém projeta um Boeing para ser pilotado por um macaco. Além do mais, nos últimos vinte e cinco anos os titulares dos ministérios da Fazenda e do Planejamento quase sempre foram escolhidos entre os mais conhecidos professores de economia do país, o mesmo critério se aplicando a boa parte da diretoria do Banco Central. Uma outra desculpa é que, na década de 1980, o Brasil enfrentou choques externos insuperáveis. Isso é verdade quando se trata de explicar a redução das taxas de crescimento econômico, mas não quando o assunto é a inflação. Fosse esse o caso, a inflação chilena não se teria limitado a 10% ao ano em 1988.

Uma análise mais objetiva nos leva a focalizar o problema sob três outros prismas.

O primeiro é que, nos últimos quarenta anos, o entendimento da inflação progrediu muito em termos de diagnóstico, mas não de terapia. Por que é difícil combater a inflação sem uma recessão transitória, por que a indexação pela inflação passada é um obstáculo indigesto à estabilização, por que a inflação deve ser atacada nas três frentes, a do déficit público, a da expansão monetária e a da política de rendas, são temas muito mais bem equacionados hoje do que há quarenta anos atrás. É verdade que muitas das novidades desse equacionamento foram meras transformações semânticas: a "inflação inercial" da década de 1980 é apenas um novo nome para a "realimentação" da década de 1970, que por seu turno nada mais era do que a "espiral preço-salários" conhecida desde o início do século. Também grande parte das novidades teóricas se destinavam a esclarecer controvérsias entre escolas contemporâneas de pensamento econômico, os novos clássicos das expectativas racionais e os neokeynesianos. Nos últimos anos, após dez anos de fossa, readquiriram o seu prestígio apelando para a teoria dos jogos. Tudo isso é importantíssimo para os acadêmicos, mas razoavelmente inútil para os contribuintes que os sustentam. A prática do combate à inflação pouco melhorou com todas essas dissecações teóricas.

Segundo, na ânsia pelo progresso, o Brasil optou pelos caminhos da complicação ao invés dos da simplificação. O ponto de inflexão aí foi o Governo Castello Branco, que optou pela indexação, ao invés de escolher o caminho da estabilização monetária. Que a indexação prestou imensos serviços à economia brasileira é questão fora de dúvida. Ressuscitou-se o mercado de títulos públicos, a construção civil, o Sistema Financeiro de Habitação, a poupança financeira, e assim por diante. Mais ainda, a administração Castello Branco excluiu da correção monetária tudo aquilo que poderia provocar uma explosão inflacionária, os salários, a taxa de câmbio e os depósitos à vista. A verdade, porém, é que a indexação introduziu no Brasil duas moedas, a ORTN forte e o cruzeiro fraco. Politicamente era inevitável que, mais cedo ou mais tarde, todos quisessem ser remunerados na moeda forte. Assim, a partir do Governo Costa e Silva, a indexação estendeu-se primeiro aos salários, depois à taxa de câmbio. Por último, o "open-market" criou a figura dos depósitos à vista indexados, ou quase. Os erros de base foram dois: primeiro não reconhecer que a indexação deveria ser, na melhor das hipóteses, um privilégio dos contratos a longo prazo; segundo, tentar fugir ao princípio de isonomia: os salários eram reajustados pela média, mas os alugueis residenciais e tarifas de energia elétrica pelo pico. Desde 1986 o governo embarcou em tentativas ingênuas que admitiam que a memória inflacionária pudesse ser apagada por um congelamento de preços. O Plano Cruzado substituiu a ORTN pela OTN, e o Plano Verão acabou com a OTN. Como o povo desconhece os modelos matemáticos de inflação, mas não é imbecil, é óbvio que nada disso pode dar certo.

Terceiro, o governo resolveu administrar o conflito distributivo via inflação. A explicação da inflação como resultado do conflito distributivo não convence nenhum cérebro pensante por duas razões. Primeiro porque nenhuma economia chegou ao ponto de saciedade, em que ninguém quer ganhar mais sob pena de ter que rasgar dinheiro. Segundo porque nada explica que o conflito distributivo seja maior no Brasil do que no México, ou no Peru do que a Bolívia.

A possibilidade é que o governo interfira nos preços, salários e taxas de câmbio tentando dividir o bolo em partes de soma superior ao todo. No caso a inflação deve ser atribuída não ao conflito distributivo, mas à maneira pela qual o governo resolve administrá-lo, o que parece extremamente relevante no caso brasileiro.

Vale resumir a evolução do pensamento dos economistas brasileiros em matéria de inflação nas quatro últimas décadas.

Na década de 1950, a explicação predominante para a inflação era a teoria quantitativa da moeda. Exemplo típico é o Programa de Estabilização Monetária elaborado em 1958 por Lucas Lopes e Roberto Campos, o qual previa que a inflação

caisse de 20% para 10% anuais, apesar de um aumento substancial do salário mínimo. O Plano não chegou a ser posto em prática, mas implicitamente supunha que o aumento salarial não afetasse a inflação, a qual seria determinada exclusivamente pela taxa de expansão monetária. Curiosamente, quem abria uma explicação alternativa para a inflação era o papa dos ortodoxos brasileiros, o venerando Eugênio Gudin, reproduzindo a famosa sentença de Gottfried Haberler: "há um único tipo de inflação que não se consegue combater por medidas monetárias a inflação de custos".

Curiosamente, em paralelo com a teoria quantitativa, corriam duas explicações alternativas para a inflação. A primeira, que o autor destas notas aprendeu com Mario Leão Ludolf e com João Paulo de Almeida Magalhães, era exatamente o que passou a ser conhecida como a teoria da relação pico/média: os salários eram fixados periodicamente em níveis reais a incompatíveis com o funcionamento da economia a pleno emprego. O objetivo da inflação era reduzir o seu poder de compra ao nível de pleno emprego entre dois reajustes nominais consecutivos. Isto posto, para que um programa de estabilização fosse bem sucedido, os salários deveriam ser determinados pela média do seu poder aquisitivo entre dois reajustes consecutivos. Uma segunda explicação, de pouco trânsito acadêmico, atribuía as variações da taxa de inflação às liberações de preços e aos reajustes da taxa de câmbio. A explicação não era teoricamente tão fraca quanto parecia na época: em linguagem moderna, as variações da inflação eram atribuídas aos choques de oferta. A rejeição acadêmica resultava de que não há como conseguir uma sucessão ininterrupta de choques de oferta desfavoráveis.

Na década de 1960 o pensamento econômico brasileiro incorporou três novas idéias em matéria de inflação.

A primeira, a de "inflação corretiva", foi elaborada por Roberto Campos com o auxílio do autor destas notas. A idéia central era de que um choque de oferta poderia reduzir a taxa de expansão monetária, pelo aumento de impostos indiretos ou pela redução de subsídios. Assim, em troca de um pouco mais de inflação a curto prazo, ter-se-ia menor inflação a longo prazo. O que a teoria não focalizou foram os efeitos da inflação corretiva sobre a distribuição de renda, os quais dificilmente deixariam de comprimir os salários reais.

A segunda, foi a teoria cepalina da inflação estrutural. Nas versões iniciais, a teoria era bastante pobre por atribuir a inflação exclusivamente a choques de oferta desfavoráveis, pela escassez da produção agrícola e pela piora de relações de trocas com o exterior. Versões posteriores trataram de incorporar um mecanismo de realimentação em que os rendimentos nominais se reajustavam pela inflação passada. O defeito da teoria é que ela admitia acomodação monetária sistemática.

A terceira, a mais importante de todas, foi a teoria bi-polar da inflação, e que serviu de base ao Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco: a inflação seria determinada pelo maior dos dois valores: a) a determinada pelo excesso da taxa de expansão monetária sobre a taxa de crescimento do produto real a pleno emprego; ii) a necessária para reduzir os picos de poder aquisitivo dos assalariados à média, compatível com o funcionamento da economia a pleno emprego. Isto posto, lançava-se a idéia do tripé, política fiscal-política monetária-política de rendas, como arcabouço de uma política anti-inflacionária. A austeridade fiscal era necessária pelo seu impacto sobre a expansão monetária. Mas, contenção monetária simples sem contenção dos picos salariais, seria jogar o país na estagflação. E a contenção dos picos salariais sem contenção monetária seria fazer com que a inflação renascesse pelo lado da demanda. Essa teoria bi-polar foi tanto a origem das metas monetárias quanto da política salarial do PAEG.

A posteriori, cabem duas críticas a essa teoria bi-polar da inflação. A primeira, menos relevante, lembra que os salários não seriam determinados apenas pela fórmula da lei 4.725, mas pela lei da oferta e procura. De fato, a lei só fixava pisos e não tetos para os aumentos, e os pisos poderiam ser reduzidos via rotação de mão de obra. Isso significa dizer que a teoria bi-polar presumia uma relação de Phillips em ângulo reto, quando a descrição mais acurada deveria levar em conta os desvios do produto em relação ao pleno emprego na determinação da curva de reajustes de salários nominais. Trata-se de uma objeção de pormenor, pois numa economia formalmente indexada a curva de Phillips, se não é uma curva em L invertido, costuma apresentar um hco na origem, como notou o autor do presente artigo em 1979 e em 1981.

A objeção mais importante é que a teoria bi-polar esquecia os efeitos da inflação corretiva sobre os salários. O governo resolveu desvalorizar a taxa real de câmbio, aumentar alugueis reais, taxas reais de juros, tarifas de serviços de utilidade pública, etc. A contrapartida desses choques desfavoráveis de oferta teria necessariamente que ser uma queda de salários reais. Numa versão simplória, os salários reais cairiam porque o governo, ao aplicar a lei 4.725, subestimou as taxas futuras de inflação. Na realidade, dados os objetivos da política econômica, a queda de salários reais era inevitável. Ela poderia obter-se com inflação decrescente ou via aceleração da inflação, mas era inescapável. Credite-se a Edmar Bacha o reconhecimento de que a fórmula salarial do PAEG foi o instrumento que compatibilizou a inflação corretiva com a queda da taxa inflacionária.

Em 1970 a Editora APC publicou um estudo do presente escrivão num livro intitulado "Inflação: Gradualismo x Tratamento de Choque". Com uma terminologia tupiniquim (inflação autônoma = choques de oferta, componente de realimentação = taxa esperada de inflação, componente de regulação de demanda = efeito dos desvios do produto em relação ao pleno emprego),

o modelo equivalia essencialmente ao da teoria aceleracionista da curva de Phillips com expectativas adaptativas. A análise pecava pela sua apresentação "ad-hoc", pelo excesso de insistência na inflação autônoma e pela crença de que o coeficiente de realimentação costuraria ser menor do que um. De qualquer forma, ela servia para explicar dois pontos essenciais: i) por que a inflação se auto-alimenta numa economia amplamente indexada; ii) por que, em tal economia, a inflação tende a evoluir por patamares; iii) por que é difícil combater a inflação sem recessão, a menos que se quebrem as regras de indexação.

O modelo de realimentação previa uma subida da taxa de inflação sempre que ocorressem choques de oferta, a menos que se mudassem as regras de indexação ou se aceitasse uma recessão transitória. Por que a inflação pulou, após o primeiro choque do petróleo, de cerca de 20% para cerca de 37% ao ano explica-se por dois fatores: primeiro pela aversão nacional à recessão, comandada pela FIESP em 1975, que levou o governo ao pânico quando se verificou que entre março de 1974 e março de 1975 o crescimento industrial tinha sido praticamente igual a zero; segundo porque a idéia de que a indexação deveria excluir os choques de oferta ainda não dispunha de trânsito suficiente nos círculos acadêmicos. Ela foi proposta em 1975 pelo professor Octávio Gouveia de Bulhões, dando origem aos famosos expurgos de accidentalidade e que só se incorporaram efetivamente à indexação de salários, demais rendimentos e ativos financeiros a partir de meados de 1976. Só que a essa altura a inflação já ultrapassava os 40% anuais, as novas regras de indexação servindo apenas para que a inflação voltasse pouco abaixo desse patamar em 1977 e 1978. Além do mais, a construção de índices de preços que expurgassem os choques de oferta sempre foi um problema tecnicamente complexo, e o termo "expurgo" sempre foi encarado com suspeitas pelos agentes econômicos.

O que aconteceu com a inflação brasileira entre o final de 1979 e o final de 1984 era perfeitamente previsível pelos modelos de realimentação e de relação pico/média. No final de 1979, o espaçamento entre os reajustes salariais reduziu-se de dez para seis meses. De acordo com esses modelos, o que antes era a inflação anual deveria tornar-se a inflação semestral. Isso efetivamente ocorreu, não apenas por causa da nova lei salarial, mas também pelos efeitos da expansão monetária no final de 1979 e do segundo choque do petróleo. Assim, a inflação ascendeu para o patamar de 100% ao ano entre 1980 e 1982. Com a maxi-desvalorização cambial de fevereiro de 1983 a inflação saltou para o patamar de 200%, apesar dos esforços para reduzi-la via contenção monetária. A tentativa mais consistente de desindexação parcial dos salários, o Decreto-Lei 2.045, que reajustava os salários nominais por 80% da inflação passada, foi rejeitada pelo Congresso. Isto posto, o modelo bi-polar da inflação não dava maiores esperanças a qualquer política anti-inflacionária, e em 1984 e 1985 o governo optou pela fórmula da acomodação monetária.

Uma contribuição importante dos economistas brasileiros ao pensamento econômico de 1983 foi convencer o FMI, em 1984, que o conceito relevante de déficit público, tanto para efeitos de inflação quanto de balanço de pagamentos era o déficit operacional e não o nominal, ou seja, que a correção monetária da dívida pública deveria ser excluída do conceito relevante de déficit público. A idéia subjacente era a de que a propensão marginal a poupar sobre a correção monetária era igual a 1, hipótese corroborada empiricamente por Rubens Pena Cysne. A idéia talvez não fosse nova, de fato ela já havia sido abordada por Stanley Fischer e por vários economistas italianos. O mérito dos economistas brasileiros foi desenvolvê-la analiticamente, e sobretudo convencer o FMI.



Simonsen: o pecado dos economistas em matéria de combate à inflação é a soberba.

Curiosamente, o papel das expectativas inflacionárias, amplamente sublinhado na literatura econômica internacional, raras vezes foi enfatizado pelos economistas brasileiros. Por certo, em 1964 Roberto Campos insistia na importância da reversão das expectativas, e Delfim Netto várias vezes falou que a inflação nasce na cabeça das pessoas. Só que se tratava de frases de efeito, sem consequência teórica ou prática. A explicação dessa postura dos economistas brasileiros se encontra num famoso artigo escrito por Milton Friedman em 1974: numa economia amplamente indexada a correção monetária substitui as expectativas inflacionárias. Alguns economistas, como Antonio Carlos Lemgruber, desenvolveram excelentes pesquisas sobre a relação de Phillips no Brasil, usando expectativas adaptativas. Só que não há diferença substancial entre essa hipótese e uma regra de indexação defasada. Salvo quanto ao fato de que a indexação formal introduz uma assimetria entre aceleração da inflação e desaceleração da inflação, aliás detectada empiricamente pelo próprio Lemgruber em 1980.

A diferença entre os efeitos da indexação defasada, observada na prática, e a indexação instantânea modelada por Jo Ana Gray e Stanley Fischer também constitui uma contribuição impor-

tante do pensamento econômico brasileiro à literatura econômica internacional. Os pormenores da discussão, travada num seminário realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 1981, encontram-se no livro "Inflation, Debt and Indexation", editado por Rudiger Dornbusch e Mario Henrique Simonsen, e publicado pela MIT Press. A indexação instantânea não produziria nenhuma inércia, mas a defasada seria a causa de imensa inércia inflacionária.

Essa percepção convenceu os economistas brasileiros, assim como os observadores internacionais, que o combate à inflação no Brasil dependeria de um programa de desindexação, conclusão aceita até pelos papas da teoria das expectativas racionais, Robert Lucas e Thomas Sargent.

O problema era como desindexar sem desmontar a economia. Uma primeira proposta altamente engenhosa foi a da ORTNização pelas médias, formulada inicialmente por André Lara Resende, e posteriormente desenvolvida por ele próprio em parceria com Pêrsio Arida, a famosa proposta Larida. A idéia era deixar que o mercado optasse pela ORTNização, para, numa segunda etapa, transformar a ORTN na própria moeda. Ou seja, desindexar pela generalização da indexação sem conflito distributivo.

Apesar de engenhosa, a idéia era praticamente complicada, e num seminário realizado na Fundação Getúlio Vargas, Francisco Lopes surgiu com uma proposta mais revolucionária: o choque heterodoxo, que combinaria uma reforma monetária com congelamento de salários, preços e demais rendimentos. A idéia de Francisco Lopes era reeditar o único programa de estabilização que havia dado certo no Brasil desde a década de 1960, o do Governo Castello Branco. Mas com adaptações necessárias à nova realidade política do país. O congelamento de preços era necessário como contrapeso ao congelamento de salários pela média. A reforma monetária era indispensável, não só pelo seu impacto psicológico, mas para permitir o corte nominal dos salários reajustados recentemente, e que se encontravam acima da média.

O Plano Austral, implantado na Argentina em meados de 1985, foi a primeira experiência de choque heterodoxo. O Cruzado veio em 28 de fevereiro de 1986, e é dispensável descrever a sua trajetória de glória e humilhação, semelhante à do exército alemão durante a segunda guerra mundial. Sobre os seus sucessores requeitados, o Plano Bresser e o Plano Verão, dispensem-se maiores comentários. Vale apenas capitalizar as lições da experiência.

A idéia de que uma política anti-inflacionária tem que escorar-se num tripé — austeridade monetária-austeridade fiscal — política de rendas parece hoje reunir o consenso dos economistas brasileiros. Há, no entanto, uma série de condicionantes para o sucesso que ainda não se conseguiu.

O primeiro é que se construiu as três pernas do tripé, e não apenas a mais fácil, a política de rendas. Nos três choques heterodoxos brasileiros de 1986, 1987 e 1989 o governo legislou sobre políticas de rendas, mas se limitou a prometer, sem cumprir, austeridade monetária e fiscal. Isto posto, era inútil quebrar a inércia da inflação que iria renascer do lado da demanda.

O segundo é que o congelamento de preços é uma heresia técnica numa economia capitalista, destinada apenas a tornar palatável o congelamento de salários, alugueis e outros rendimentos. Em setores oligopolistas podem controlar-se as margens de lucro, em setores competitivos nem isso. Como tal, se os salários sobem, seja por pressão da demanda de mão de obra (como no Plano Cruzado) ou por ação da CUT (como no Plano Verão), o congelamento tem vida curta. Afinal, numa economia capitalista, ninguém espera que as empresas desistam de vender com prejuízo. Mesmo que isso não ocorra, se a demanda exceder a oferta aos preços congelados, a inflação de índices será simplesmente substituída pela inflação de filas, à moda soviética.

De fato, o pecado fundamental do pensamento econômico brasileiro em matéria de combate à inflação é a soberba. Os economistas imaginam mecanismos de sintonia finíssima para que a inflação caia sem qualquer efeito desfavorável sobre o produto e sobre o emprego. Só que não articulam os esquemas operacionais para que se consiga em sintonia.

Para livrar-se da inflação, o Brasil precisa de regras simples, que possam ser executadas por administradores públicos normais, enão por cientistas sociais de excepcional QI. Um Banco Central independente é essencial, por uma razão: um banqueiro central que se preza pensa exclusivamente em controlar a emissão de moeda, sem se comover com que isso possa custar o resto da sociedade. Ocorre que, com essa aparente insensibilidade social, o banqueiro central obriga a sociedade a resolver o conflito distributivo sem inflação. Leis salariais se justificavam no regime militar, quando as greves eram virtualmente proibidas e quando os sindicatos tinham sido emascuados. No quadro atual, essas leis são totalmente destituídas de sentido, cabendo ao governo fixar apenas o salário mínimo, como ocorria até 1964. No mais, os economistas brasileiros precisam compreender que não é possível fazer omelete sem quebrar ovos: ou seja, que se o preço do combate à inflação for uma recessão temporária, paciência. Inclusive porque nos últimos anos, o Brasil só quebra ovos sem fazer omelete.

O autor é economista e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento nos governos Gelsel e Figueiredo.

Este texto, sob o título A Inflação e o Pensamento Econômico Brasileiro, será editado pelo José Olympio Editora como capítulo de um dos volumes que compõem o conjunto de trabalhos apresentados no Fórum Nacional — Idéias para a Modernização do Brasil.

O dicionário da inflação

Nesse texto, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen mostra, mais uma vez, a extensão de seus conhecimentos sobre economia e a facilidade com que maneja as muitas teorias sobre um problema cujos efeitos práticos estão fartos de conhecer: a inflação. Rigoroso como todos os estudos com formação sistemática (é engenheiro, além de economista), Simonsen procura deixar claro cada conceito com que trabalha. Por ser parte de um livro, entretanto, seu texto pressupõe que alguns conceitos sejam do conhecimento prévio de quem o lerá. Publicado, como agora, num jornal, alguns leitores poderão se defrontar com uma ou outra expressão menos conhecida. A eles se destinam as explicações que seguem:

Expectativas racionais — Teoria recente dos economistas, a teoria das expectativas racionais explica a inflação por dois componentes: a taxa de inflação que se pode prever racionalmente (ela supõe que os agentes econômicos conhecem a estrutura de funcionamento da economia e usam corretamente as informações para formular suas previsões) e a taxa esperada do aumento da moeda em circulação. "O que caracteriza os adeptos da noção de expectativas racionais é a sua intenção de construir modelos supondo que os agentes privados compreendem o ambiente dinâmico em que operam aproximadamente tão bem quanto os que estabelecem as políticas do governo", explica Thomas I. Sargent, da Universidade de Minnesota, no livro *Inflação Inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*, organizado por José Márcio Rego (Editora Paz e Terra, 1988).

Neokeynesianos — Surgem no final da década de 50 para dar novo vigor à teoria de John Maynard Keynes (1883-1946) e afirmam haver uma relação entre infla-

ção e desemprego; consideram que, a longo prazo, a moeda tem papel neutro quanto à inflação; e preferem que se adotem políticas anticíclicas — contra a demanda quando ela está aquecida, por exemplo — para combater a inflação (para mais detalhes, ver o texto de José Márcio Rego, Luzia Maria Mazzeo e Edson de Freitas Filho no livro citado acima).

Conflito distributivo — Simonsen usa uma imagem de futebol para explicar essa teoria. "Os torcedores da geral, devido à precariedade das acomodações que lhes foram destinadas, invadem as cadeiras especiais e as arquibancadas, e tentam disputar com esses espectadores privilegiados os assentos que já estão completamente ocupados", diz, no livro *Plano Cruzado: Inércia e Inépcia*, que organizou com Fernando de Holanda Barbosa (Editora Globo, 1989). Surge o conflito, a polícia entra no meio e todos acabam por ficar de pé — isto é, há inflação. Os torcedores da geral, está claro, são os trabalhadores; os das cadeiras especiais, os patrões.

Teoria quantitativa da moeda — Antiga e ainda muito aceita teoria segundo a qual o preço resulta de uma relação entre a quantidade de moeda em circulação e a quantidade de bens e serviços oferecidos. Aumentando a moeda mais rapidamente do que esta, os preços tendem a subir generalizadamente — isto é, mais moeda, mais inflação (se o produto não crescer ou crescer a taxas menores do que as do crescimento da moeda).

Inflação de custos — Numa situação em que não há aumento da demanda mas os custos de certos insumos importantes sobem, os preços finais dos produtos também sobem. (A inflação de custos, a que Simonsen não faz referência mas aparece com frequência nos textos dos economistas, ocorre quando as pessoas querem

comprar mais produtos do que existem à sua disposição. Há dinheiro demais e mercadoria de menos, o que provoca o aumento dos preços).

Curva de Phillips — Desenhada em 1958 por A. W. Phillips a partir de dados sobre a economia do Reino Unido de 1862 a 1957, essa curva relaciona num gráfico o aumento de salários (eixo vertical) e o desemprego (eixo horizontal). A curva (não é linear) mostra que o crescimento da demanda de trabalho leva ao aumento dos salários. A relação entre desemprego e inflação resultava da inversão desse raciocínio: as taxas de desemprego poderiam ser reduzidas com o aumento dos salários nominais. Como salários são custos, o resultado de uma política dessas seria a inflação.

Expectativas adaptativas — Como na teoria das expectativas racionais, esta também admite que o agente econômico conhece o comportamento da economia. Com base na média da inflação passada, combinada (adaptada) com uma correção proporcional ao erro da expectativa anterior, projeta-se a inflação futura.

Accidentalidade — Palavra muito empregada nos anos 70, hoje um pouco fora de moda, felizmente. Diz-se que ocorre accidentalidade quando há rápida elevação de preços por causa de fatores estranhos ao funcionamento "normal" da economia. Pode ser, por exemplo, uma seca que reduz drasticamente a produção agrícola. A accidentalidade pode ter grande efeito sobre os índices de preços; para eliminá-lo é preciso deixar de considerá-lo ou expurgar — as altas das resultantes.

Propensão marginal a poupar — É a relação entre o aumento da poupança e o aumento da renda da coletividade.

JORGE J. OKUBARO